



O CONGRESSO CLASSISTA DE 1935 E O PROJETO DE DOMINAÇÃO: INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA POLÍTICA DA ÉPOCA E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO

Evantina P. Vieira*

Este trabalho focaliza um momento importante no processo de transição da sociedade agroexportadora para um tipo de sociedade de base industrial. Destacamos a década de trinta por se constituir este período um marco importante tanto do ponto de vista político como econômico. Cabe ressaltar que nesses anos foram forjados os mecanismos que deram feição ao novo Estado no Brasil. Trata-se de um período histórico marcado pelo crescimento de um Estado forte, centralizado e intervencionista.

Tendo em vista tais características, a literatura política costuma salientar a passividade dos grupos componentes da sociedade, seja em termos de organização ou de capacidade de exercer pressões sobre o Estado. Em contraposição a esse tipo de análise, nossa preocupação central consiste em verificar até que ponto certos grupos da sociedade civil - principalmente os representantes da indústria e do comércio - tiveram peso maior do que geralmente se supõe na formulação das medidas

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; orientadora adjunta do programa de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

necessárias à implantação e consolidação do capital industrial no País (Thompson, 1981).

Para essa compreensão analisaremos os discursos da liderança empresarial e os instrumentos por ela elaborados no sentido de reorganizar a sociedade, tendo como princípio norteador a industrialização (Thompson, 1981). Com esse intuito, a burguesia mineira mobiliza-se na realização de um congresso com a participação dos diversos setores da classe dominante.

O IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola foi instalado em Belo Horizonte no dia 7 de setembro de 1935, sob o patrocínio da Associação Comercial de Minas, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e Sociedade Mineira de Agricultura. Nesse Congresso, conforme se verificará, vai haver uma intenção clara de neutralizar os discursos dissidentes, filtrando as divergências e apontando a burguesia como a classe capaz de se articular com os outros setores da sociedade, imprimindo determinada direção política aos acontecimentos.

Parece-nos igualmente importante chamar a atenção para uma linha de pensamento político, o autoritário, que, embora não seja específica do período em questão, nele se torna dominante, exercendo inegável influência sobre a prática política da época. O pensamento autoritário, de forma marcante, é influenciado pelo positivismo e evolucionismo e empenha-se com tenacidade e convicção na elaboração de "receitas" para ordenação do social.

Os autores da época se preocuparam em pensar a instabilidade interna do País e a questão das sociedades modernas refletindo sobre as transformações que se processavam e, conseqüentemente, sobre as novas formas de organização política e social. Nessa perspectiva, iremos analisar o pensamento de Azevedo Amaral, cujas concepções sobre o Estado autoritário e suas relações com o mercado (por isso mesmo um Estado intervencionista) refletirão os anseios da burguesia mineira do início dos anos trinta. Segundo essa abordagem o Estado forte é colocado como o único recurso capaz de fazer frente à realidade econômica e social surgida com a industrialização e a conseqüente diferenciação estrutural.

No nosso entendimento, é imprescindível dialogar com a produção histórica, principalmente quando o debate passa por instantes de realização de novas dimensões e questionamentos. Entretanto, esta tarefa está sujeita a muitas dificuldades e equívocos de interpretação. Ademais, não se trata apenas de elaborar um arrolamento de obras e autores que se destacaram nos horizontes da historiografia, pois a análise historiográfica "eficaz" só pode ser concebida desde que leve em consideração os espaços temporal e ideológico do autor e o sentido que as questões históricas passam a ter quando se delimita seu campo interpretativo (Vieira, 1990).

Encontramos na literatura um viés em que predominam a interpretação enfatizada no centralismo do Estado e a irrelevância do empresariado e de outros grupos de interesse na formulação de propostas políticas.

*"O Estado é identificado como uma categoria de políticos profissionais (o adjetivo é importante) amplamente autônoma face a interesses de classes, à qual se agrega com o tempo um corpo tecnoburocrático que vai dando forma e operacionalidade ao projeto de modernização."*¹

O estudo de Clélio Campolina Diniz reflete tal concepção. Para ele, a industrialização, por ser o grande objetivo estratégico da elite dominante, resultará da ação do Estado, que assume o papel de planejador e investidor. Assim, a presença do empresariado mineiro nesse processo é pouco significativa (apud Dulci, 1990, p. 98).

Outro autor que trabalha na mesma direção é Luís Aureliano Gama de Andrade, que caracteriza o caso mineiro tomando como eixo a importância das variáveis institucionais modernas a partir da década de quarenta, constituindo-se no fator-chave da recuperação econômica estadual (apud Dulci, 1990, p. 99).

Dos trabalhos expostos, consideramos pertinente destacar que a diversificação econômica foi conduzida por um Estado no qual setores tecnoburocráticos vêm

adquirindo posições deliberativas, em virtude da ausência de uma burguesia capaz de implementar o processo de industrialização.

Estudos mais recentes de Dulci e Lígia refutam as idéias anteriores, destacando a falta de percepção desses autores a respeito da burguesia. No entanto, quando analisada atentamente, a presença da burguesia emerge no debate das questões sobre a forma e o curso das lutas no interior do processo histórico (apud Dulci, 1990, p. 101).

Dentro dessa ótica, Inácio Delgado mostra a ampla mobilização do empresariado mineiro, que compartilhava do projeto econômico e das concepções políticas do setor industrial da burguesia brasileira (apud Dulci, 1990, p. 100).

Na análise desenvolvida por Heloísa Starling, no período anterior ao golpe de 1964 percebe-se, de maneira sólida, a atuação da burguesia no processo político, ainda que esta ação estivesse sob a égide da clandestinidade (apud Dulci, 1990, p. 101).

Tendo como cenário o período mais recente da nossa história, Lígia Maria Leite Pereira e Otávio Soares Dulci demonstram a importância da ação política da classe, acentuando ostensivamente com a eleição de grande número de empresários para a Constituinte Federal de 1986. A atuação destes parlamentares em torno de elaboração da nova Carta foi realizada dentro e fora do espaço institucional (apud Dulci, 1990, p. 101).

O nosso objetivo ao fazermos esta breve discussão em torno da literatura sobre o caso mineiro reflete, apenas, a intenção de explicitar basicamente os dois modelos que de certa maneira exemplificam a controvérsia acerca do papel do empresário na política do Estado.

Deste 1928 a classe dominante mineira, através de suas entidades de classe, já se posicionava frente a uma política de organização do trabalho em que procurava encontrar um justo equilíbrio entre as necessidades da produção e do trabalho, levando ao foro dos debates, constituído pelos diversos congressos classistas, propostas como o ensino profissionalizante, a valorização do trabalhador nacional e outras medidas de caráter tutelar da classe trabalhadora, assim como a necessidade

¹A discussão bibliográfica sobre o tema baseou-se no artigo de Otávio Soares Dulci, *Empresariado e política em Minas Gerais* (Dulci, 1990).

do desenvolvimento técnico e econômico do Estado (Vieira, 1987).

Os interesses empresariais se articulam muito cedo. A Associação Comercial de Juiz de Fora é criada em 1896 e a de Belo Horizonte em 1901, aglutinando os interesses do comércio, da indústria, da lavoura e das finanças, como era comum na época. A Associação Comercial de Minas, sediada em Belo Horizonte, constitui-se em importante pólo de ação política. Ao longo do tempo, estruturou-se uma vanguarda empresarial que interliga as associações, quando estas passam a representar interesses diferenciados. As entidades básicas incluem, além das duas citadas, a Sociedade Mineira de Agricultura (1906), o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926) e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (1933). De sua conexão surge uma elite empresarial bastante ativa no cenário político, inclusive no plano nacional, sustentada na base por um considerável esforço de mobilização e organização.

É estratégico para o entendimento dessa postura a análise dos discursos da liderança empresarial, onde irá produzir-se um corpo de idéias elaboradas na construção da prática da classe dominante, definindo as suas alternativas no direcionamento do processo político e do poder de intervenção na realidade. Assim, os discursos da classe dominante irão valer-se de todos os recursos que têm sustentado a consciência burguesa em sua autojustificação: a razão instrumental, em suas variantes de técnica, de ciência social, política científica; a visão da história, como movimento natural percorrendo o caminho que necessariamente leva à epifania de uma classe salvadora; a instalação de um todo harmonioso, unificado pelo bem comum e equitativamente atravessado pelo progresso e pela justiça.

"Razão, Natureza, Religião, as três grandes esferas em que a ideologia conservadora tem-se diferenciado no processo de sustentação da classe dominante, artificialmente invertendo o real, afirmando as representações parciais como visão do todo, apreendendo as aparências como verdades absolutas" (Franco, 1978, p. 154).

O discurso do coronel Caetano de Vasconcelos exemplifica muito bem esta postura:

"(...) Mais do que nunca as classes conservadoras precisam se unir e impor pelo seu prestígio e autoridade para o fiel desempenho dos seus gloriosos objetivos (...) prestando sua decidida colaboração na solução dos graves problemas que se deparam a nós - homens que assumiram as tremendas responsabilidades de promover o soerguimento econômico de Minas Gerais (...)" (Vieira, 1984).

Alguns pontos se destacam nesta fala: a autoridade e a elite. A autoridade tem como função a coordenação, o reajuste e a intervenção protetora sobre a sociedade; o exercício da autoridade é empreendido pela elite, que se julga destinatária da salvação dos problemas e promotora do desenvolvimento do Estado; somente alguns homens especiais têm a capacidade de compreender e de agir para alterar-lhe o ritmo, produzindo mutações. O atributo das elites é algo natural e orgânico.

Esta percepção da realidade social converge em direção às concepções autoritárias de Amaral (1938):

"Cabe a alguns, baseado na desigualdade natural entre os homens, fazer uso desta possibilidade de interferir no curso da história. Este é o papel relevante da elite intelectual. Esta elite, associada ao poder público como centro de elaboração ideológica, é núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublinha e coordena.

..... A subordinação dos interesses econômicos de indivíduos e grupos ao ritmo do bem comum apenas delimita o campo para que as iniciativas privadas possam se desenvolver sem oposição do poder público".²

Observa-se aí a ideologia dessas posturas. A classe dominante considera que está no poder não só porque detém os meios de produção, os postos de autoridade e o Estado, mas porque possui competência para detê-los. A elite detém o poder porque possui o saber. Esse

² Para uma análise nacional abrangente, ver Oliveira (1982).

saber permite à elite criar novos conhecimentos pelos quais aumenta seu próprio poderio, ou, como observa Michel Foucault, a elite cria os objetos do saber que se tornam objetos do poder (Foucault 1982, p. 186).

A ideologia burguesa tem o culto da história, entendida como progresso. O pensamento burguês aceita a imagem progressista que a burguesia tem de si mesma, na medida em que ela considera como progresso seu modo de dominar a natureza e de dominar os outros homens. Assim, um dos valores celebrados como o modo necessário e finalidade do progresso é o poder. Esse poder vincula-se mais a uma preocupação de amoldar e torcer a consciência humana do que de limitar e restringir a ação dos homens.

Em seguida, será objeto de debate o tema da industrialização. O núcleo central será a defesa da implementação da grande siderurgia no Estado mineiro, que já fora iniciada de maneira veemente pelos industriais quando da fundação da FIEMG, transformando-se, no momento, na grande esperança de todos os setores da burguesia. São expressivas as novas argumentações da classe relativas às formas de imprimir outros rumos à política industrial, definindo e revelando os seus interesses e como estes serão transmitidos, como se fossem os de toda a sociedade. Américo Gianetti, em discurso pronunciado em 1933, quando da fundação da FIEMG, ressalta o papel da indústria como transformadora da sociedade e aponta a posição de destaque que Minas Gerais deverá desempenhar neste processo:

"Este rincão brasileiro que se chama Minas Gerais é um dos recantos da terra mais férteis em possibilidades e em matéria-prima. Matérias-primas e possibilidades estas que constituem uma riqueza imensa explorada. São essas matérias-primas(...) que têm feito de alguns povos da Europa e da América vanguardeiros das civilizações e do progresso. A nós cabe a tarefa de aproveitá-las e vencer as resistências passivas deste meio, a fim de aproximar este dia venturoso que encherá de alegria e felicidade o povo que habita esta parte do continente sul-americano" (Vieira, 1987, p. 83).

Dessa maneira, o discurso da liderança mais expressiva dos industriais

demonstra pontos de convergência com as formulações do pensamento autoritário de Azevedo Amaral, que destaca a ineficiência de uma economia baseada apenas no setor agroexportador e a ineficácia da aristocracia rural como classe dirigente e sua limitada visão de mundo. Além disso, a indústria, com seu espírito universalista, faz da elite um grupo capaz e empreendedor.

Pode-se então falar que o tema da industrialização está presente no Brasil como em Minas Gerais e que qualquer solução política passa pelo reconhecimento do pressuposto fundamental - a indústria como ideal civilizatório da sociedade. Fica-se evidente que as teses econômicas elaboradas no decorrer do Congresso convergem, na sua quase maioria, em direção ao desenvolvimento industrial:

- a) tarifas, impostos, fretes e transportes;
- b) crédito industrial e comercial;
- c) amparo industrial do Estado;
- d) economia dirigida - intervencionismo estadual;
- e) nacionalização das quedas d' água;
- f) nacionalização do trabalho;
- g) exportação do minério;
- h) nacionalização progressiva das minas;
- i) código das minas.

Observando-se as teses econômicas, constata-se como importância fundamental para a expansão industrial mineira o amparo estatal. Tal concepção também é expressa de forma nítida quando da instalação do IV Congresso:

"(...) o eminente chefe da nação, em sua visita ao nosso Estado, teve ocasião de fazer declarações positivas de que é seu pensamento adotar uma elevada política de protecionismo à siderurgia, inspirada, talvez, pela significação relevante que se revestiram as solenidades de lançamento da pedra fundamental das Usinas de João Monlevade. Praza a Deus que este episódio inclua uma nova era de

prosperidade para a indústria siderúrgica, servindo, ao mesmo tempo, de estímulo ao governo de Minas para que promova por todos os meios o desenvolvimento de novos planos capazes de implantar, entre nós, de modo definitivo, o incremento dessa extraordinária fonte de riquezas"(Vieira, 1987, p. 122).

Tais colocações propõem nova visão do papel do Estado no desenvolvimento da indústria. A percepção da defasagem entre esta grande tarefa e os escassos recursos de que dispunha para enfrentá-la levaria a liderança empresarial a incorporar a importância da intervenção do Estado no amparo à industrialização.

A proposta inicial é que o Brasil abandone as "velhas armas" do livre cambismo, em um período em que a maioria das nações criavam barreiras protecionistas, visando, através do controle das importações, à garantia do mercado interno para a siderurgia e subordinando a política de exportação aos interesses da indústria. Aprofundando as discussões, enfatiza-se a insuficiência da concessão de estímulos e facilidades creditícias ou fiscais e da melhoria de infra-estrutura, principalmente dos transportes. Em síntese, há necessidade de se adotar uma política global de promoção da siderurgia. Neste setor, seria reconhecida a legitimidade da intervenção estatal não apenas amparando mas exercendo também a função de produtor direto.

Esta concepção de Estado norteia o pensamento autoritário dos anos trinta. O Estado deveria possuir funções de regulamentação, coordenação e controle das diferentes esferas da vida social. O Estado passaria a ser o agente controlador e disciplinador dos agentes de mercado. Nas palavras de Amaral (1938), o Estado só deve tolher ou limitar as iniciativas individuais quando estas ameaçam o bem público.

"Na esfera econômica, a subordinação dos interesses individuais e dos grupos ao ritmo imposto pelas considerações do bem geral não passam de limites que bastam para deixar às iniciativas privadas campo livre onde poderão desenvolver sem encontrar oposição do poder público".

Assim, a esfera pública, que no mundo antigo acolhera a palavra e as instituições políticas, ressurgiu transmutada em mercado de bens e de trabalho. Não que a palavra política permaneça emudecida, mas, como diz Hannah Arendt, desde que a preocupação individual com a propriedade privada se viu alçada à preocupação pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza:

"Só quando se transformou em capital, com a função única de gerar mais capital, é que a propriedade privada igualou ou emulou a permanência inerente ao mundo compartilhado por todos"(Arendt, 1987, p. 78).

É preciso deixar claro que essa permanência é a de um processo, e não aquela de uma estrutura estável, e que também o mundo comum é de outra natureza, já que a propriedade do capital se mantém estritamente privada. Comum é o governo, que deve proteger os proprietários uns contra os outros. Dessa maneira, a esfera pública se torna função da esfera privada e a esfera privada se torna a única preocupação comum entre os homens. A distinção entre as esferas privadas se extingue e ambas submergem no social.

A veemente defesa dos industriais relativa ao amparo estatal traz em seu bojo uma crítica ao liberalismo "vigente no mundo". Essa crítica, desenvolvida e compartilhada pelo pensamento autoritário, a faz não para negar a ordem capitalista, mas, ao contrário, em nome da necessidade de propiciar sua expansão. Para os industriais:

"O Estado não é qualquer organismo porque se a melhoria de vida da população e, em particular, da classe operária depende da industrialização, e esta, do protecionismo estatal, portanto, o Estado jamais poderia ser um Estado Liberal que assiste impassível ao livre jogo de correlação de forças políticas. A pressão destas acabaria criando leis, as quais, além de frearem o desenvolvimento industrial, abririam brechas para a agitação da ordem. O que se torna necessário é um Estado racional e racionalizado, dirigido

não por políticos que defendem interesses particulares ou partidários, mas por técnicos especializados, que defendam os interesses gerais da nação, isto é, a industrialização; e que intervenham com firmeza em todas as esferas da sociedade" (Munakata, 1984, p. 64).

Para o pensamento autoritário:

"A falência da economia liberal (...) criou desde a época da Grande Guerra um estado de coisas em que todas as nações se debatem à procura de diretrizes novas para uma nova reconstrução econômica consentânea com as realidades postas em foco durante os últimos anos (...) Uma organização econômica baseada no conceito da ilimitada liberdade da ação individual, deixando que os problemas concretos sejam resolvidos pelo jogo de forças econômicas, em onisciência às supostas leis naturais que os economistas da escola clássica pensaram ter induzido, é, nos dias atuais, uma impossibilidade pura e simples" (Munakata, 1984, p. 64).

Reportando às teses relativas à industrialização, vamos nos deter em outro aspecto primordial: o nacionalismo que se entrelaça com o amparo estatal.

Considerando as diversas referências ao nacionalismo e a realidade na qual se intervém para o desenvolvimento do que é nacional, observa-se sua circunscrição ancorada na existência de um povo indiviso. Para os industriais, a Nação não existe; é matéria informe que só adquire efetividade ao passar pelo mercado de bens de consumo industrializados. Assim, o nacionalismo é o progresso definido em direção à ordem capitalista. Para esta realidade, dirigem-se o conhecimento e as técnicas de intervenção. Por desenvolvimento social deve-se ler a dissolução das diferenças de classe, subsumindo todos os pontos de vista aos da classe dominante. Nesse momento, o mundo dos homens já passara a significar "sociedade de trabalho" e nela não havia lugar para aqueles que se mantivessem fora do trabalho.

O nacionalismo, fruto de uma consciência da dependência em relação ao exterior, pregava a unidade nacional, a adequação da cultura e das intuições à

realidade brasileira e a utilização de recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado. O nacionalismo, por sua vez, complementava essa idéia autoritária, pois legitimava a soberania como atributo do Estado, assim como a capacidade da ação do governo federal sobre todo o território nacional.

Eram esses os ingredientes considerados necessários à criação da nacionalidade. Além disso, o nacionalismo pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum, originado no passado. Assim identificava como Nação uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais que constituísse um todo orgânico cujos objetivos se realizavam por meio do Estado: o responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade.

O nacionalismo justificava-se, portanto, na consciência do atraso, o que também justificava a defesa do papel predominante do Estado. Ele representava a possibilidade de o Brasil superar a distância em relação às nações desenvolvidas, pela modernização.

Discutindo o nacionalismo, Amaral diz:

"transformado em força espiritual de realização de um conceito de Estado delineado em harmonia com certos postulados doutrinários acerca das finalidades e dos meios de ação do poder público"(1941. p. 153).

A idéia Nacional está a cargo dos grandes homens. Esta idéia só pode ser apreendida pelos elementos superiores que realizam uma síntese entre associação sentimental e compreensão intelectual. No nacionalismo, assim como no patriotismo, o que prepondera é o instinto da terra e de raça. A Idéia Nacional se apóia nos instintos, mas transforma em "idéia no espírito das elites, o que é apenas sentimento na alma ardente das massas populares." Apresentando-se como a própria justificativa do Estado Nacional (Amaral, 1941, p. 156).

Nas análises sobre o nacionalismo devemos ter claro que as ideologias oficiais de Estado e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes

de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Depois, mais especificamente, não podemos presumir que para a maioria das pessoas a identificação nacional - quando existe - exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social.

"Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. Outro ponto é que a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos" (Hobsbawn, 1990, p. 20).

A amplitude do tema da industrialização acentua-se quando a organização do processo não se dá apenas num ponto, isto é, no interior da fábrica, mas numa multiplicidade de lugares, de pontos institucionais estratégicos que são amoldados sob o imperativo da indústria. Nesse sentido, da década de trinta em diante, o tema da industrialização é uma figura exemplar para toda a sociedade.

A organização política dos industriais também é a contraface desta percepção. No Congresso de 1928, em Belo Horizonte, afirmava José Carlos Morais Sarmiento, presidente do Centro das Indústrias de Juiz de Fora:

"em nossos dias, principalmente em consequência da grande guerra, novas tendências se manifestam. O produtor, seja industrial, seja agricultor na luta intensa pela conquista do consumidor cada vez mais exigente, se vê na contingência de estudar e aplicar novos métodos, novas teorias. Daí a produção em massa tão bem ideada e com tanto êxito colocada em prática por Henry Ford, o taylorismo ou direção científica das empresas quer comerciais, quer industriais, quer agrícolas, tendentes à obtenção de maior eficiência na produção constituindo elementos básicos da nova era industrial em que os Estados Unidos da América do Norte aparecem como nação líder (...)" (Vieira, 1987, p. 56).

Portanto, esta fala demonstra, por um lado, a percepção que os industriais

tinham, desde aquela época, da necessidade de racionalização do trabalho. Por outro lado, cabe ressaltar o papel político das associações de classe burguesas, que se vão tornando paulatinamente centros irradiadores dos seus projetos de reprodução do capital.

Segundo Lefort, o taylorismo foi uma estratégia política para retirar o poder de decisão dos trabalhadores nas fábricas, por meio de uma permanente apropriação de seu saber, visando com isso destruir uma específica organização do trabalho (1974).

Talvez resida aí a força do taylorismo. Nascido de uma luta contra um específico controle do processo de trabalho, o método de Taylor parte do pressuposto de que qualquer organização da produção não é marcada pela anarquia, mas, ao contrário, por uma silenciosa rede de solidariedade e de saber cujos desdobramentos podem resultar num perigoso poder dos trabalhadores.

Onde quer que o taylorismo apareça como discurso sobre a fábrica, deve estar acontecendo concomitantemente uma luta dos trabalhadores por maior controle no interior delas. Por isso, o taylorismo pretende também despolitizar o espaço da fábrica, quebrando e fragmentando as organizações formais e informais dos trabalhadores no processo de produção.

A partir daí, o problema deixava de ser apenas a organização do trabalhador segundo os moldes da fábrica, mas pretendia-se organizar toda a sociedade sob o império da indústria. As teses do Congresso de 1935 caminham nesse sentido e têm como corolário a exploração do trabalho:

- a) racionalização do trabalho industrial;
- b) localização das indústrias;
- c) concentração dos trabalhadores nos grandes centros.

O discurso da classe dominante busca dar legitimidade à dominação, através de atividades teórico-práticas que ultrapassavam a preocupação com as regras legais, caminhando para outras que permeiam a própria organização da vida do trabalhador.

E tal tendência é explicitada inicialmente pela defesa do ensino

profissionalizante, posição que os setores dominantes defendiam desde a década de vinte:

"A história do desenvolvimento reserva forçosamente um capítulo especial às instituições que se dedicassem à preparação de mão-de-obra especializada"(Vieira, 1984, p. 127).

Esta visão do "esforço do trabalho" amparado e dirigido é retomada nas discussões do Congresso, sendo evidenciadas pelas teses:

- a) ensino técnico agrícola: organização racional do ensino técnico profissional agrícola elementar, médio e superior, visando à preparação de capatazes rurais, mestres de cultura, operários agrícolas, retireiros e agrônomos;
- b) Escola Agrícola de Viçosa - a necessidade de sua expansão como fator do progresso econômico e social;
- c) ensino comercial;
- d) escolas técnicas industriais.

Observamos a preocupação da burguesia com a organização do trabalho, que já fora sentida desde o início da década de trinta pelos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. Esta preocupação tratava-se, de fato, de uma "concepção totalista do trabalho", atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, habitação, alimentação.

Desta maneira, uma política de proteção ao trabalho - o homem do presente e do futuro - tinha que dar ênfase especial à educação. Somente o ensino poderia construir um povo integral, adaptado à realidade do País e preparado para servi-lo. Constituindo um sistema pedagógico completo, o trabalho como ideal educativo podia ser sintetizado na fórmula "aprender fazendo", levando à implementação, difusão e valorização do ensino profissionalizante.

A partir das discussões das teses que são aprovadas, propõe-se em nível nacional a criação de um sistema federal de escolas profissionais, criadas através de uma lei emanada do Executivo.

A demanda da classe encontra resposta do Executivo estadual, expressa na mensagem de Benedito Valadares, em 1935, que afirma a necessidade de se estudar a possibilidade de organizar, ao menos nos grupos escolares, o curso complementar com caráter profissional para ser ministrado em mais três anos além dos quatro que constituem o curso primário. O curso assim organizado se desdobraria em três tipos: o agrícola, o industrial e o comercial, preparando o adolescente para a atividade que elegeesse (Vieira, 1984).

Os institutos de Mecânica pensaram compatibilizar o homem trabalhador com o novo modo de fabricação, evitando que ele perdesse de vista "a inteligência do processo produtivo", fazendo surgir uma figura intermediária de trabalhador qualificado. Um engenheiro é um mediador entre o filósofo (pensador) e trabalhador mecânico; é como o intérprete entre dois estrangeiros - deve compreender a linguagem de ambos... Daí a necessidade absoluta de possuir tanto o conhecimento prático como o teórico.

A técnica também é regida pelo capital. Ela não pode ser desligada de sua gênese, sua razão de ser, de seus fins apresentando-a como se tivesse uma identidade originária com a essência do homem. Assim, o desenvolvimento industrial foi responsável pela criação de uma cultura que ampliou seu centro de irradiação com a criação de escolas técnicas, institutos profissionais, centros também de divulgação da indústria. A fábrica induziu o monopólio do saber técnico-científico e ampliou desmesuradamente os mecanismos de repressão abertos e/ou velados, fortalecendo nessa medida os instrumentos de dominação das sociedades contemporâneas.

As colocações de Arendt (1988) também nos servem: a educação é politicamente relevante quando o seu propósito é proporcionar requisitos técnicos de algum modo não adquiridos antes e que se tornam necessários à participação nos problemas públicos. Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional se se admite, como os romanos, que sob todas as circunstâncias os antepassados representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente. Sempre que o modelo de educação, através da autoridade, foi sobreposto ao reino da política serviu basicamente para obscurecer pretensões

reais ou ambicionadas ao poder e fingiu querer educar quando na realidade tinha em mente dominar.

As estratégias de dominação vão se modificando. A imposição do capitalismo, ou os homens que pensaram a estrutura da sociedade burguesa em seus momentos iniciais, atribuíram ao trabalho - a atividade produtiva - a peculiar característica de princípio constitutivo da existência social. A disciplina, a operosidade, a economia, que se associam às virtudes burguesas e às qualidades do proletariado, são apresentadas como componentes de um "sistema de valores", como criações da vida espiritual.

A anterioridade e a autonomia desses elementos da consciência, sua exterioridade em relação às coisas materiais, são a própria aparência fixada pela ideologia capitalista para isolar uma "ética" cujos preceitos são postos como universais e acentuados como os mais elevados da humanidade. É nesse contexto que se inscreve como fundamental a valorização abstrata do trabalho como dignificante e criador. Assim, as casas, as ruas, a alimentação e os divertimentos são cuidadosamente observados.

A premissa de meio formador do homem legitima essa intromissão do saber científico no espaço doméstico e institui a família como objeto de estudo específico: a higienização dos bairros operários; a vigilância das suas casas e de seus hábitos; a edificação da família nuclear, enclausurada no lar, protegida da presença de pessoas estranhas; o trabalhador constante e dedicado na fábrica, na mina etc; o tempo de folga bem utilizado nos afazeres domésticos, nos esportes saudáveis, na igreja, na escola dominical.

A cidade torna-se laboratório de estratégias disciplinares que passam também pelos equipamentos coletivos de conforto. Assim, os higienistas preconizam formas de transformação da cidade de meio corruptor em meio formador: desfazer os amontoados de pessoas, regular as suas relações; extirpar a promiscuidade. A intenção de constituir família moralizada desloca aos poucos a observação dos corpos para os comportamentos das pessoas, e surge um saber fisiológico.

Esta discussão está em consonância com o pensamento da liderança empresarial:

"(...) o Parque Industrial de Belo Horizonte que antevemos como uma realidade próxima, com a influência da sua produção, ampliará a linha da nossa fronteira econômica, melhorando o nível de vida da massa trabalhadora (...)" (Vieira, 1984, p. 150).

Dentro das preocupações com as medidas racionalizadoras, a burguesia centrará seus esforços na revisão das leis trabalhistas:

"(...) esquecidos que o Brasil é um grande país não preparado para receber o surto de legislação avançada, que é ainda incipiente o desenvolvimento intelectual de seus díspares núcleos de população, introduziram inovações, fazendo-nos recear pelo futuro. O confucionismo que se observa nessa desambientada legislação, senhores, veio agravar sobremodo a situação de angústia e intranquilidade em que vivemos nesses últimos tempos (...)" (Vieira, 1984, p. 125).

Na mesma linha de argumentação, observam que ao invés de transformações tão radicais, após longos debates,

"gradativamente se implantaria tais leis para que a classe trabalhadora pudesse ficar equidistante da possibilidade das leis transformarem o trabalhador em adepto de ideologias extremistas" (Vieira, 1984, p. 85).

A classe dominante, advertindo decididamente sobre os perigos da promulgação das leis sociais, denunciava que esse procedimento, num país de fraca industrialização e predominantemente agrícola, abriria caminhos para a revolução socialista. Ceder às pressões operárias, promulgando leis em prol do operário, com a justificativa de que se estaria eliminando os focos de tensão social, era não somente ilusório como também extremamente perigoso, pois a classe operária não estando preparada para o entendimento dessas leis ganharia forças no sentido de destruir uma Nação debilitada economicamente. Portanto, criticam as falhas e imperfeições do

texto vigente, sugerindo amplas reformas que superassem suas falhas e preenchessem as lacunas com a prévia "colaboração dos interessados": a classe dominante, cuja principal ação no fluir do processo passará a ser não tanto a de impedir, mas a de corrigir e adaptar os projetos em discussão, forçando o abandono e/ou revisão de aspectos da legislação que estivessem mais em concordância com os seus interesses de classe:

- a) a legislação atual - reforma;
- b) legislação do trabalho - sua implementação no País;
- c) reflexos na vida econômica.

Se são necessárias leis reguladoras do trabalho, que estas sejam instituídas segundo um plano racional, científico, e não através de pressões políticas advindas da agitação operária ou dos políticos com objetivos escusos. Porém, se forem inevitáveis, que sua aplicação seja controlada não pelo movimento operário e os sindicatos - cujos dirigentes só visam conturbar a ordem, e não a melhoria do operário - , mas por um Estado tecnicamente aparelhado para essa função, inclusive absorvendo e controlando os próprios sindicatos.

A posição da burguesia em relação às leis de sindicalização patronal também é resultado de toda a discussão empreendida na conjuntura em questão. É imprescindível fazer frente à questão social que se apresente tão "inquietante": a união e organização da classe dominante.

"(...) é conveniente estabelecer um plano seguro de ação tendente a fortificar os vínculos associativos e aparelhar em benefício das classes econômicas um órgão central de atuação decisiva e enérgica (...) cuidaremos, entretanto, de pleitear idênticos direitos para as associações comerciais, velhas instituições com grande soma de serviços prestados ao estado e ao país" (Vieira, 1984, p. 160).

Esta defesa confirma a posição da classe no primeiro quinquênio da década de trinta, sendo reforçada por argumentações do momento: a representação profissional para o comércio e indústria; sugestões para esta

representação em nível estadual; e a equiparação das associações burguesas aos sindicatos profissionais para efeito de representação política classista.

A equiparação das entidades patronais com as associações sindicais, neste momento, deve ser analisada e entendida dentro do contexto da constitucionalização do País, como recurso fundamental para um maior espaço político. Ela não pode então ser pensada como simples adesão do empresariado ao modelo de organização sindical oficial que o governo tentava implantar, pois ao lado de um aumento do número de sindicatos patronais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho permaneciam críticas à lei de sindicalização de 1931. Assim, a busca de um espaço político próprio deve ser entendida, então, como a expansão de interesses que, ultrapassando os limites de uma posição individual, ilustrariam o posicionamento e o tipo de visão da liderança mais expressiva dos setores do comércio e da indústria.

Genericamente, podemos destacar pontos em comum entre as aspirações da burguesia e o pensamento autoritário de Amaral no que tange à organização das classes, visando eliminar os conflitos sociais:

"Sincronização entre ação individual e vontade coletiva não abre espaço para a possibilidade de conflito, já que a assimetria do poder corresponde à desigualdade natural entre os homens" (1938, p. 286).

A exemplificação ocorre no plano da atividade econômica no funcionamento da organização coletiva. O conflito entre as forças individuais independentes é substituído por uma sistematização racional visando ao bem comum.

Conseqüentemente, a organização corporativa da sociedade brasileira diminui a possibilidade de conflito entre as combinações capitalistas e as corporações trabalhistas.

Finalmente, resta discutir a criação de órgãos que, sendo formados paulatinamente, serviram de canais mediadores entre o Estado e a sociedade civil: conselhos econômicos, institutos e autarquias.

A constituição de tais órgãos, já discutida na órbita federal, encontrará grande

ressonância na estadual, sendo objeto de debates no Congresso e transformados em teses. Através de propostas das Associações Comerciais, foi solicitada ao governo mineiro a criação, nos municípios, de órgãos fiscalizadores das finanças municipais, com representantes indicados pelas associações de classe e pelos sindicatos. Nos municípios onde não existem tais entidades, elas poderiam ser fundadas para os fins aludidos. Pretende-se, assim, uma continuidade da ordenação do poder, organizando-o em todo o esforço geográfico do Estado.

Desse modo, as preocupações fundamentais do debate serão expostas nas teses estruturais: órgãos de assistência técnica com a participação das "classes conservadoras"; organização de conselhos técnicos e conselhos de contribuintes do Estado, entre outras.

A análise dos discursos e teses do Congresso de 1935 favorece o entendimento inicial do processo que a classe dominante iria desenvolver, a partir desse momento, para o desenvolvimento de seus propósitos. A burguesia, através da palavra de Lauro Vidal, demonstra o seu consenso, submetendo, de uma vez por todas, as posições no seu interior com um Estado instrumentado pela classe para a tarefa de se impor à sociedade:

"(...) o futuro dos nossos esforços representados nas 13 reuniões deste conclave, todas elas ferindo pontos de capital importância para as atividades econômicas de Minas, proporciona aos administradores da coisa pública, oportunidade marcante para a consecução de um programa de realizações... Essa obra objetiva não apenas interesses restritos das classes que nela colabora. Os seus objetivos são bem mais amplos, abrangendo os interesses maiores da comunhão mineira" (apud, Vieira, 1984, p. 131).

Desta maneira, a classe dominante em se propondo suas demandas no interior do Congresso, define-as como interesse de todo o conjunto da sociedade. Torna-se, pois, necessário o desenvolvimento de atividades teórico-práticas com que a classe justificasse e mantivesse seu domínio.

A ofensiva patronal será desenvolvida através de suas associações de classe: a Associação Comercial de Minas e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Estas organizações tornam-se o centro unificador da burguesia e, ao mesmo tempo, o espaço elaborador e propagador dos novos projetos políticos de dominação.

Assim, a função do Estado, sob a perspectiva da burguesia, pode ser desdobrada em dois aspectos: intervir e controlar a economia quando os riscos para a sua iniciativa privada forem maiores. Alguns elementos levam também à sua intervenção ou justificam-na: a proteção alfandegária, crédito, transporte, dentre outros. E, também, intervir e controlar o trabalho pela legislação social e outras medidas de contenção das reivindicações da classe trabalhadora.

Observa-se, então, que os setores comercial e industrial da burguesia vão também ampliando os canais de participação, através de diversos dispositivos estratégicos, seja percorrendo vias institucionais, como a participação de representantes mineiros na Confederação Industrial do Brasil, na Comissão Revisora das Tarifas Aduaneiras, no Conselho das Tarifas Ferroviárias; seja como deputados classistas em nível federal ou estadual; ou no Conselho Consultivo de Minas Gerais. Portanto, isso representa a conquista de um espaço político.

Dentro de um clima de dissidência e desencontros de orientação, que marcará o arcabouço do novo esquema de poder, o comércio e a indústria, ao lado de outros grupos, se constituiriam em atores importantes do pacto político. E se a solução político-institucional encontrada na década de trinta não foi aquela que o discurso da indústria e do comércio equacionava, tal fato não demonstra qualquer fraqueza ou imaturidade do discurso da classe. Pelo contrário, a solução encontrada reconheceu o discurso deles ao colocar a indústria como ponto de partida para a sociedade, elaborando, inclusive, o direito de uma organização estatal à luz dessa indústria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AMARAL, Azevedo. **O estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- 2 AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas estadista**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.
- 3 ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- 4 ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Série Debates, 64).
- 5 ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 6 BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância - sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, set. 1985 / fev. 1986.
- 7 DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, set. 1983 / fev. 1984.
- 8 DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- 9 DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais. **Cadernos Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, v.8, p. 93-124, 1990.
- 10 FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- 11 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. o tempo das ilusões. In: CHAUI, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 12 GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vertice / IUPERJ, 1988.
- 13 GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- 14 HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- 15 LEFORT, Claude. Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 10, p. 5-56, out. / dez. 1974.
- 16 MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- 17 MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas (UNICAMP).
- 18 NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: UnB, 1985.
- 19 OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, 1984.
- 20 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Fahar, 1982.
- 21 THOMPSON, Eduard P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Fahar, 1981.
- 22 VIEIRA, Evantina Pereira. Associação de classe e a dominação burguesa: formas de racionalização do trabalho e da sociedade. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, v. 5, p. 41-55, dez. 1987.
- 23 VIEIRA, Evantina Pereira. Historiografia da república brasileira. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 13-45, maio / ago. 1990.
- 24 VIEIRA, Evantina Pereira. **Minas Gerais: a denominação burguesa - conflitos políticos formas de organização (1927 - 1940)**. São Paulo: USP, 1984. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (USP).